



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Serviço Social do Comércio (Sesc) foi criado por meio do Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, publicado no DOU de 16 de setembro de 1946.

O regulamento da Entidade foi estabelecido pelo Decreto nº 61.836, de 05 de dezembro de 1967, publicado no DOU de 07 de dezembro de 1967, com as modificações dispostas nos Decretos: nº 5.725, de 16 de março de 2006 (DOU de 17 de março de 2006), nº 6.031, de 1º de fevereiro de 2007 (DOU de 02 de fevereiro de 2007) e nº 6.632, de 05 de novembro de 2008 (DOU de 06 de novembro de 2008).

1.1 NATUREZA JURÍDICA DA ENTIDADE

O Sesc é uma Entidade com personalidade jurídica de direito privado, nos termos da lei civil, sem fins lucrativos e, em decorrência, enquadra-se na imunidade tributária prevista na letra “c”, do inciso VI, do artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

1.2 NATUREZA DAS OPERAÇÕES E PRINCIPAIS ATIVIDADES DA ENTIDADE

O Sesc tem por finalidade estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias e, bem assim para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade, através de uma ação educativa que, partindo da realidade social do país, exercite os indivíduos e os grupos para adequada e solidária integração numa sociedade democrática.

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS

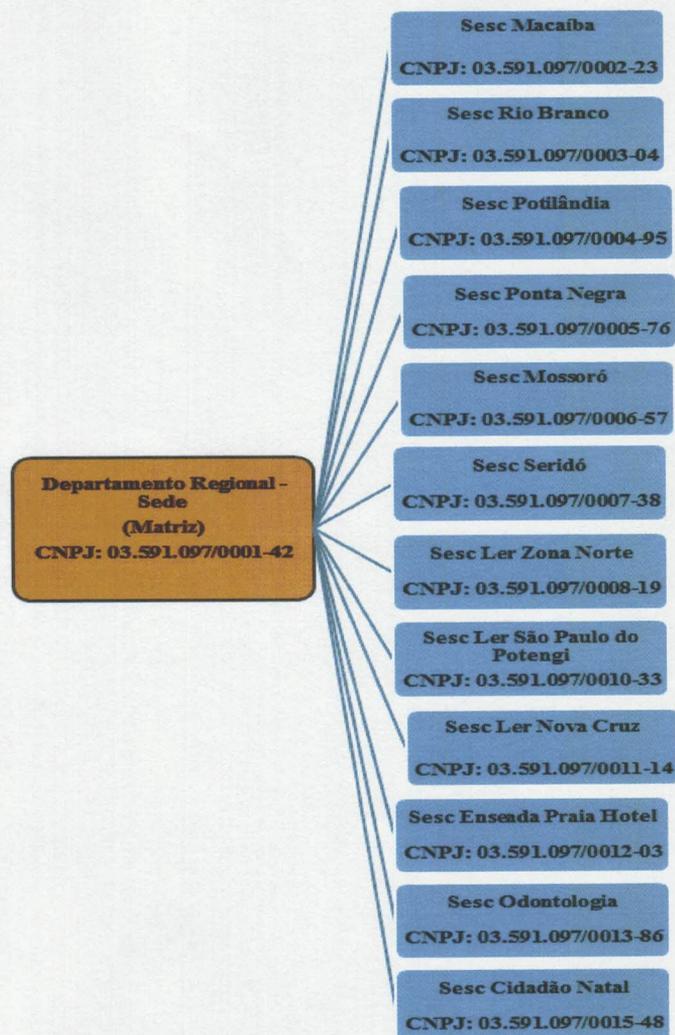
Nossas práticas e demonstrações contábeis são regulamentadas por normas específicas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio das Resoluções CFC nº 1.128 a 1.137/2008, que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) nº NBC T 16.1 a 16.10, e incorporadas internamente ao Código de Contabilidade e Orçamento (CODECO) do Serviço Social do Comércio, que regula a aplicabilidade em âmbito nacional sob a coordenação do Departamento Nacional.

As Resoluções Sesc nº 1.245 e 1.246/2012, alteradas pela de nº 1.291/2014, reformularam o CODECO, contemplando as novas práticas e demonstrações contábeis, com vigência de forma facultativa a partir de 2015 e compulsória a partir de 2018.

3. DEPARTAMENTO NACIONAL

Estas Notas Explicativas às demonstrações contábeis referem-se ao Departamento Regional do Sesc Rio Grande do Norte, órgão executivo da Administração Regional.

3.1 DOMICÍLIO DO DEPARTAMENTO REGIONAL



O Departamento Regional do Sesc, inscrito no CNPJ 03.591.097/0001-42, tem sede à Rua Coronel Bezerra, 33, Cidade Alta, CEP 59025-070, Natal/RN, com a seguinte estrutura:

- 3.1.1** Sesc Macaíba, localizado na rua Professor Caetano, S/N, Centro, CEP: 59.280-000, Macaíba – RN;
- 3.1.2** Sesc Rio Branco, localizado na Avenida Rio Branco, 375, Centro, CEP: 59.025-001, Natal – RN;
- 3.1.3** Sesc Potilândia, localizado na Travessa Ministro Macedo Soares, 1971, Potilândia, CEP: 59.076-665, Natal – RN;
- 3.1.4** Sesc Ponta Negra, localizado na rua Desembargador João Vicente, S/N, Ponta Negra, CEP: 59.090-060, Natal – RN;
- 3.1.5** Sesc Mossoró, localizado na Rua João Marcelino, S/N, Nova Betânia, CEP: 59.611-200, Mossoró – RN;
- 3.1.6** Sesc Seridó, localizado na rua Washington Luiza, 55, Boa Passagem, CEP: 59.300-000, Caicó – RN;
- 3.1.7** Sesc Ler Zona Norte, localizado na rua Paranduva, S/N, Conjunto Santa Catarina, CEP: 59.110-180, Natal – RN;
- 3.1.8** Sesc Ler São Paulo do Potengi, localizado na Avenida Ouro Branco, S/N, Novo Juvenal, CEP: 59.460-000, São Paulo do Potengi – RN;
- 3.1.9** Sesc Ler Nova Cruz, localizado na rua Severino Muniz, S/N, Frei Damião, CEP: 59.215-000, Nova Cruz – RN;
- 3.1.10** Sesc Enseada Praia Hotel, localizado na Avenida Roberto Freire, 4850, Ponta Negra, CEP: 59.090-000, Natal – RN;
- 3.1.11** Sesc Odontologia, localizado na Avenida Campos Sales, 671, Tirol, CEP: 59.020-300, Natal – RN;
- 3.1.12** Sesc Cidadão Natal, localizado na rua João Noberto, 444, Ponta Negra, CEP: 59.090-670, Natal – RN.

Além destas 13 unidades há 3 unidades móveis:

- Unidade móvel Odontosesc
- Unidade Móvel Saúde Mulher
- Unidade Móvel Bibliosesc

4. CONTEXTO OPERACIONAL DO DEPARTAMENTO REGIONAL

Com expressiva atuação em todo o estado do Rio Grande do Norte, o Sesc desenvolve diversas ações, capitaneadas por seus programas, beneficiando trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, seus dependentes e a sociedade em geral, por meio da atuação em

suas unidades fixas, móveis e iniciativas em parceria com órgãos públicos e privados em municípios que não possuem unidade operacional.

5. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Este Departamento Regional, a partir do exercício de 2018, adotou as novas práticas contábeis impactando nas demonstrações contábeis em sua totalidade, passando a retratar em seus demonstrativos e relatórios os registros e controles dos impactos decorrentes das mudanças. A principal mudança foi o regime de escrituração contábil, deixando de registrar suas variações patrimoniais diminutivas (tratadas como despesas até o exercício de 2017) e suas variações patrimoniais aumentativas (tratadas como receitas até o exercício de 2017) pelo regime de caixa, passando a fazer esse reconhecimento seguindo o princípio da competência onde todas as despesas e receitas devem ser registradas no momento em que ocorrem independente do seu pagamento ou recebimento. A depreciação dos ativos patrimoniais, o reconhecimento da provisão de férias e 13º salário, bem como, os encargos decorrentes das provisões, o aumento no controle dos atos potenciais ativos e passivos, plano de contas reformulado, reestruturando o mesmo para se adequar as novas diretrizes, representando o ativo circulante e não circulante, dentre outras.

Assim, as demonstrações contábeis apresentadas, em cumprimento às disposições legais e regulamentares, contêm dados do Departamento Regional e suas unidades operacionais sendo elas fixas ou móveis.

Os fatos contábeis foram registrados e as Demonstrações Oficiais extraídas por meio da ferramenta eletrônica Sistema de Gestão Financeira (SGF). Esse sistema caracteriza-se por gerenciar contabilidade, orçamento, contas a pagar, contas a receber e tesouraria.

Para fins de cumprimento da legislação vigente, toda documentação contábil resultante do registro dos fatos contábeis encontra-se arquivada em ordem cronológica. Esses registros foram efetuados em formulários próprios e serão transformados em Livros Diários autenticados, em observância às formalidades legais e técnicas que disciplinam a matéria.

6. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

A administração regional é acompanhada e fiscalizada diretamente pelo Conselho Regional, estabelecido em cada Estado que possui federação sindical do comércio. As unidades regionais possuem autonomia no que se refere a administração financeira e de serviços, embora estejam sujeitos às diretrizes e normas gerais prescritas pelos órgãos nacionais, conforme estabelece o Parágrafo único do Art. 21º da legislação do Sesc, senão vejamos:

Art. 21 - No Estado onde existir federação sindical do comércio será constituído um CR, com sede na respectiva capital e jurisdição na base territorial correspondente.

Parágrafo único - Os órgãos regionais, embora sujeitos às diretrizes e normas gerais prescritas pelos órgãos nacionais, bem como à correção e fiscalização inerentes a estes são autônomos no que se refere a administração de seus serviços, gestão dos seus recursos, regime de trabalho e relações empregatícias.

Ao conselho regional, compete deliberar sobre a administração regional, aprovar o programa de trabalho, orçamento, operações imobiliárias, quadro de pessoal, bem como a análise e aprovação dos balancetes mensais, entre outras, dispostas no Art. 25 da legislação do Sesc.

O Conselho Fiscal é o órgão que acompanha e fiscaliza a aplicação dos recursos da Administração Nacional e das Administrações Regionais, sua competência está descrita no Art. 20 da legislação do Sesc.

Nossas contas são, também, fiscalizadas e auditadas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e os Orçamentos são aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

7. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS APLICADAS

Na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis foram aplicados princípios, convenções, procedimentos e regras específicas.

7.1 BASES DE MENSURAÇÃO

Considerando a utilização de seus ativos de forma natural, consumidos somente na consecução de suas finalidades programáticas, os registros foram realizados com base no custo histórico, e não foi realizada a reavaliação dos bens imóveis.

7.2 CONTIGÊNCIAS

A contingência é uma situação cujo resultado final é incerto e pode ser favorável ou desfavorável para a entidade e não estão totalmente sob o controle da mesma, referem-se unicamente as situações existentes à data das demonstrações contábeis, cujo efeitos financeiros se dará por eventos futuros. As provisões só devem ser reconhecidas no balancete caso haja uma obrigação presente, resultado de um evento passado e se for provável que seja necessária a saída de recursos e que haja ainda uma estimativa confiável acerca do valor, caso contrário deve somente ser evidenciado em notas explicativas. Não há ativo ou passivo contingente registrado contabilmente em contas de patrimoniais e de resultado. As contingências fiscais, legais, trabalhistas, cíveis e outras estão controladas em contas de Atos Potenciais Ativos e Passivos, compondo o Balanço Patrimonial, de acordo com controle mensal emitido pelo setor jurídico para acompanhamento dos saldos. Os processos jurídicos

podem demorar mais que o exercício subsequente para serem resolvidos, por isso, não oneramos o orçamento do ano com causas que ainda não foram finalizadas, engessando assim recursos de nossas atividades fins.

8. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICANTES

As demonstrações contábeis foram elaboradas em obediência às Características Qualitativas das informações. As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras, estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço. O Sesc AR/RN encerrou o exercício de 2018 com o valor de R\$ 18.316.465,83 (dezoito milhões, trezentos e dezesseis mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e três centavos) em aplicações financeiras.

8.2 ESTOQUES

O estoque é composto por material de almoxarifado sendo material de consumo, manutenção, expediente e mercadorias utilizadas na produção de itens para revenda ou prestação de serviço vinculados às atividades desenvolvidas. Os estoques são registrados pelo valor do custo de aquisição e o método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado. O valor contábil dos itens de estoque são reconhecidos como despesa quando são distribuídos ou utilizados na produção.

O Sesc AR/RN possui quatro almoxarifados distribuídos em unidades operacionais que necessitam do controle individual do material contido em estoque e encerrou o exercício de 2018 com os seguintes saldos:

- Almoxarifado Central – R\$ 110.251,88
- Almoxarifado Mossoró – R\$ 52.872,35
- Almoxarifado Seridó – R\$ 13.416,21
- Almoxarifado Odontologia – R\$ 61.624,78

8.3 PROVISÕES PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa não é realizada. A entidade se caracteriza pelos preços subsidiados com caráter pedagógico e educativo.

8.4 DEMAIS DIREITOS

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

8.5 IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, às seguintes taxas estabelecidas, desconsiderando o valor residual:

Grupo de Bens	Vida Útil	Taxa de depreciação
Móveis e Utensílios	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Equipamentos de Informática	05	20%
Veículos	05	20%
Edificações	25	4%

8.6 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

A empresa não efetuou ajustes decorrentes de avaliações patrimoniais dos bens imóveis.

Entendemos que os bens móveis, por não apresentarem mudanças significativas no valor justo ou valores de mercado que variam significativamente durante o ano, seria desnecessária a avaliação, mas tão somente os ajustes por meio de registros de depreciação. Invocando-se, ainda, numa questão de julgamento de valor, que a relação custo-benefício não justificaria esta informação contábil para os bens móveis.

8.7 PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço, observando o regime de competência.

8.8 DETERMINAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios.

8.9 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes são eventos que ocorrem após o fechamento do balanço e antes da divulgação das demonstrações contábeis que possam incorrer em ajustes às demonstrações contábeis ou reconhecimento de itens que não tenham sido reconhecidos.

Declaramos a inexistência e/ou conhecimento de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Entidade ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

9. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

9.1 RESULTADO NO PERÍODO

Em consequência da revisão no Codeco, principalmente nas estruturas das contas contábeis, bem como, à mudança no regime de reconhecimento das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas resultaram na impossibilidade de uma análise comparativa entre o resultado do exercício corrente com o exercício anterior.

9.2 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As variações patrimoniais aumentativas totalizaram R\$ 78.871.591,98 (setenta e oito milhões, oitocentos e setenta e um mil, quinhentos e noventa e um reais e noventa e oito centavos) no ano, apresentando a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	VALOR	%
Receitas de Contribuição	R\$ 33.539.575,17	42,52%
Prestação de Serviço	R\$ 10.840.511,65	13,74%
Receitas Financeiras	R\$ 723.285,10	0,92%
Transferências	R\$ 8.536.608,80	10,82%
Outras Receitas Correntes	R\$ 32.648,25	0,04%
Receitas de Capital	R\$ 103.003,66	0,13%
Outras VPA'S	R\$ 25.095.959,35	31,82%
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	R\$ 78.871.591,98	100,00%

A receita de contribuição corresponde a 42,52% da receita total acumulada em 2018 e as demais respondem por 57,48%.

9.3 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As variações patrimoniais diminutivas totalizaram R\$ 59.660.049,94 (cinquenta e nove milhões, seiscentos e sessenta mil, quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos) no ano, apresentando a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	VALOR	%
-----------	-------	---

Pessoal e Encargos	R\$ 29.357.417,19	49,21%
Uso de Bens e Serviço	R\$ 15.069.624,05	25,26%
Despesas Financeiras	R\$ 123.162,33	0,21%
Transferências	R\$ 986.063,52	1,65%
Desvalorização e Perdas de Ativos	R\$ 3.324.439,75	5,57%
Outras VPD'S	R\$ 10.799.343,10	18,10%
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	R\$ 59.660.049,94	100,00%

Analisando o comportamento destas variações no período, podemos afirmar que o montante realizado, representa 75,64 % das variações patrimoniais aumentativas totais.

A Desvalorização e Perdas de Ativos refere-se ao registro de depreciação do exercício atual no valor de R\$ 3.218.779,55 (três milhões, duzentos e dezoito mil, setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) e ao registro da perda com alienação de imobilizado no valor de R\$ 105.660,20 (cento e cinco mil, seiscentos e sessenta reais e vinte centavos).

As variações patrimoniais diminutivas com Pessoal e Encargos Sociais representaram no período 37,22% das variações patrimoniais aumentativas.

Os encargos sociais, em relação às demais variações patrimoniais diminutivas de pessoal, foram de 54,70%, dentro do parâmetro de 60% adotado pelo Conselho Fiscal da Administração Nacional do SESC.

CONTA	NOMENCLATURA	R\$
3.1.1	Remuneração a Pessoal	R\$ 18.419.737,52
3.1.2	Encargos Patronais	R\$ 6.123.015,84
3.1.3	Benefícios a Pessoal	R\$ 3.548.464,71
3.1.9	Outras VPD's	R\$ 1.266.199,12
SOMA		R\$ 29.357.417,19

Pessoal e Encargos x Receitas Correntes	R\$	29.357.417,19	54,70%
	R\$	53.672.628,97	

9.4 RESULTADO

O resultado operacional do período é positivo no valor de R\$ 19.211.542,04 (dezenove milhões, duzentos e onze mil, quinhentos e quarenta e dois reais e quatro centavos) apresentando a seguinte composição:

	ANO 2018
Varição Patrimonial Aumentativa	R\$ 78.871.591,98
Varição Patrimonial Diminutiva	R\$ 59.660.049,94

Resultado Operacional | R\$ 19.211.542,04

O Resultado acumulado do Período apresentou um superávit da ordem de 24,36%, o que demonstra que do montante das variações patrimoniais aumentativas do período apenas 75,64% foram consumidas com o montante das variações patrimoniais diminutivas.

10. BALANÇO PATRIMONIAL

10.1 CONTA 1.1.1.1 – CAIXA E EQUIVALENTES

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		
DISPONIBILIDADES EFETIVAS	dez/18	%
	18.407.749,55	100,00%
* CAIXA	18.202,62	0,10%
. Caixa DR	7.214,18	0,04%
. Caixa das Unidades	10.988,44	0,06%
* Bancos - Conta Corrente	73.081,10	0,40%
. Banco do Brasil - DR	59.510,29	0,32%
. Caixa Econômica Federal -DR	13.570,81	0,07%
. Banco do Brasil - Enseada	0,00	0,00%
* Aplicações Financeiras	18.316.465,83	99,50%
. Caixa - FIC Personal	18.266.660,02	99,23%
. CEF - Aplic. Automática	49.481,91	0,27%
. Banco Brasil - Renda Fixa	323,90	0,00%
TOTAIS	18.407.749,55	100,00%

10.2 CONTA 1.1.1.2 – DISPONIBILIDADES VINCULADAS

As disponibilidades vinculadas somam R\$ 959.518,48 (novecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e dezoito reais e quarenta e oito centavos) esse valor refere-se a depósitos de retenção contratual realizados sobre as medições de obras conforme estabelecido em contrato.

Os saldos estão em contrapartida com a conta do passivo 2.1.2.4.2 – Obrigações Contratuais.

10.3 CONTA 1.1.2.1.2 – ARRECADAÇÃO COMPULSÓRIA

O saldo de R\$ 2.543.366,29 (dois milhões, quinhentos e quarenta e três mil, trezentos e sessenta e seis reais e vinte e nove centavos) corresponde a apropriação da arrecadação do mês de Dezembro/2018 a ser repassada para o regional em Janeiro/2019.

10.4 CONTA 1.1.2.2 – DÉBITOS DA ADMINISTRAÇÃO NACIONAL

Esta conta representa a movimentação interveniente entre o Departamento Nacional e os Departamentos Regionais.

10.4.1 1.1.2.2.2 AN.C/Aplicação em Projetos Especiais possui um valor total de R\$ 705.705,86 (setecentos e cinco mil, setecentos e cinco reais e oitenta e seis centavos) correspondente a despesas pagas pelo departamento regional cujo projetos possuem apoio do departamento nacional e estes valores ainda serão repassados ao regional.

10.4.2 1.1.2.2.3 AN.C/Aplicação em Investimentos no valor de R\$ 3.956.470,25 (três milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta reais e vinte e cinco centavos) correspondente as despesas pagas pelo regional para investimentos em suas unidades que possuem apoio do departamento nacional, o valor apresentado refere-se ao saldo que o departamento nacional deve repassar ao regional.

10.5 CONTA 2.1.2.2 – CRÉDITOS DA ADMINISTRAÇÃO NACIONAL

10.5.1 2.1.2.2.1 AN.C/Movimento possui um saldo de R\$ 132.799,59 (cento e trinta e dois mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e nove centavos) correspondente a movimentação de saldos entre o departamento Nacional e o Regional.

10.5.2 2.1.2.2.2 Adiantamento para projetos especiais possui um saldo de R\$ 24.422,51 (vinte e quatro mil, quatrocentos e vinte e dois e cinquenta e um centavos) correspondente a repasse a maior dos valores e projetos subsidiados pelo departamento nacional, esses valores são compensados mensalmente no momento do envio da prestação de contas.

10.5.3 2.1.2.2.3 Adiantamento para Investimentos possui um saldo de R\$ 44.836,22 (quarenta e quatro mil, oitocentos e trinta e seis reais e vinte e dois centavos) também decorrentes de envio de valores por parte do departamento nacional para subsidiar os investimentos que ainda não foram utilizados e serão compensados no momento do envio da prestação de contas.

11. AJUSTES DE ADOÇÃO AO NOVO CODECO

A partir do exercício de 2018 com a entrada da vigência do novo CODECO, absorvendo as novas práticas contábeis, aprovado pela resolução Sesc nº 1.245/2012, a Administração Regional do Sesc Rio Grande do Norte efetuou registro de depreciação conforme orientação da Resolução Sesc nº 1.246/2012 de seus bens mantendo o saldo em contas redutoras do Ativo Imobilizado. As despesas geradas pelas depreciações de períodos passados foram registradas no Patrimônio Líquido (Ajuste de Depreciação Exercícios Anteriores) como estratégia da adoção inicial, já as depreciações mensais encontram-se na Variação Patrimonial Diminutiva.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

12.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

Da análise do quadro Balanço Orçamentário podemos concluir que a arrecadação da receita atingiu 92,71% do previsto no orçamento.

RECEITAS	2018	DUODÉCIMO	%
Receita de Contribuições	R\$ 33.539.575,17	R\$ 33.701.346,00	57,82%
6.1.1.1 Contribuições para o SESC	R\$ 33.539.575,17	R\$ 33.701.346,00	57,82%
Prestação de Serviços	R\$ 10.615.179,81	R\$ 11.505.906,00	18,30%
6.1.2.1 Serviços Educacionais	R\$ 1.863.149,40	R\$ 1.881.776,00	3,21%
6.1.2.2 Serviços de Saúde	R\$ 5.227.257,29	R\$ 5.874.864,00	9,01%
6.1.2.3 Serviços Culturais	R\$ 131.546,83	R\$ 130.802,00	0,23%
6.1.2.4 Serviços de Lazer	R\$ 2.930.533,75	R\$ 3.104.543,00	5,05%
6.1.2.5 Outros Serviços	R\$ 462.692,54	R\$ 513.921,00	0,80%
Outros Serviços	R\$ 225.331,84	R\$ 280.000,00	0,39%
6.1.3.1 Receitas de Outros Serviços	R\$ 225.331,84	R\$ 280.000,00	0,39%
Receitas Financeiras	R\$ 723.285,10	R\$ 550.000,00	1,25%
6.1.4.1 Remuneração de Dep. Banc. E Aplic. Fin.	R\$ 723.285,10	R\$ 550.000,00	1,25%
Subvenções Ordinárias	R\$ 4.536.608,80	R\$ 4.641.454,00	7,82%
6.1.5.1 Subvenções Ordinárias	R\$ 4.536.608,80	R\$ 4.641.454,00	7,82%
Transferências de Outras Fontes	R\$ 4.000.000,00	R\$ 4.000.000,00	6,90%
6.1.7.1 Transferências de Outras Fontes	R\$ 4.000.000,00	R\$ 4.000.000,00	6,90%
Outras Receitas Correntes	R\$ 32.648,25	R\$ 15.000,00	0,06%
6.1.9.1 Outras Receitas Correntes	R\$ 32.648,25	R\$ 15.000,00	0,06%
Receitas de Capital	R\$ 103.003,66	R\$ 3.308.617,00	0,18%
6.2.9.1 Outras Receitas de Capital	R\$ 103.003,66	R\$ 3.308.617,00	0,18%
SOMA	R\$ 53.775.632,63	R\$ 58.002.323,00	92,71%

12.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Da análise do quadro Balanço Orçamentário podemos concluir que a realização da despesa atingiu 80,73% do previsto no orçamento.

DESPESAS	2018	DUODÉCIMO	%
Pessoal e Encargos	R\$ 29.357.417,19	R\$ 33.352.678,00	50,61%
5.1.1.1 Remuneração de Pessoal	R\$ 18.419.737,52	R\$ 17.962.530,00	31,76%
5.1.1.2 Encargos Patronais	R\$ 6.123.015,84	R\$ 7.431.720,00	10,56%
5.1.1.3 Benefícios a Pessoal	R\$ 3.548.464,71	R\$ 4.059.786,00	6,12%
5.1.1.9 Outras VPD's Pessoal e Encargos	R\$ 1.266.199,12	R\$ 3.898.642,00	2,18%
Uso de Bens e Serviços	R\$ 15.069.624,05	R\$ 20.701.970,00	25,98%
5.1.2.1 Material e Consumo	R\$ 6.509.725,81	R\$ 8.521.921,00	11,22%
5.1.2.2 Serviços de Terceiros - PF	R\$ 286.629,67	R\$ 819.968,00	0,49%
5.1.2.3 Serviços de Terceiros - PJ	R\$ 8.273.268,57	R\$ 11.360.081,00	14,26%
Despesas Financeiras	R\$ 123.162,33	R\$ 101.358,00	0,21%
5.1.4.9 Outras Despesas Financeiras	R\$ 123.162,33	R\$ 101.358,00	0,21%
Transferências	R\$ 986.063,52	R\$ 990.820,00	1,70%
5.1.5.3 Contribuições Confederativas e Federativas	R\$ 986.063,52	R\$ 990.820,00	1,70%
Investimentos	R\$ 1.288.218,29	R\$ 2.855.497,00	2,22%
5.2.1.1 Equip. E Mobiliários em Geral	R\$ 300.052,18	R\$ 1.075.087,00	0,52%
5.2.1.2 Veículos	R\$ 248.500,00	R\$ 248.556,00	0,43%
5.2.1.4 Construções em Curso	R\$ 739.666,11	R\$ 1.524.854,00	1,28%
5.2.1.5 Benfeitorias	R\$ -	R\$ 7.000,00	0,00%
TOTAL GERAL DESPESAS	R\$ 46.824.485,38	R\$ 58.002.323,00	80,73%

12.3 REALIZAÇÃO DE VERBA ORÇAMENTÁRIA ACIMA DO AUTORIZADO

12.3.1 5.1.1.1 – Remuneração de Pessoal - o excedente de R\$ 457.207,52 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e sete reais e cinquenta e dois centavos) é decorrente da provisão acumulada de férias proporcionais realizada a partir do ano 2018, impactando diretamente no orçamento.

12.3.2 5.1.4.9 – Despesas Financeiras - o excedente de R\$ 21.804,33 (vinte e um mil, oitocentos e quatro reais e trinta e três centavos) é decorrente principalmente da tarifa de cartão de crédito, visto que realizamos o recebimento das matrículas escolares em dezembro/2018 e muitas matrículas são feitas com o pagamento anual dividido no cartão de crédito o que onera de forma considerável o orçamento previsto.

13. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O exame da demonstração de fluxo de caixa demonstra que o disponível aumentou em R\$ 13.333.320,25 (treze milhões, trezentos e trinta e três mil, trezentos e vinte reais e vinte e cinco centavos) representando uma variação para mais de 68,84% em face dos resultados alcançados, conforme demonstramos abaixo:

O exame da Demonstração das Variações Patrimoniais revela que o Patrimônio Líquido da Entidade aumentou em R\$ 19.511.542,04 (dezenove milhões, quinhentos e onze mil, quinhentos e quarenta e dois reais e quatro centavos) em decorrência dos seguintes resultados obtidos:

Resultado Orçamentário	R\$ 8.239.365,54
Mutações Patrimoniais Positivas	R\$ 25.095.959,35
Mutações Patrimoniais Negativas	-R\$ 14.123.782,85
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	R\$ 19.211.542,04

14. SUPERÁVIT FINANCEIRO

O superávit financeiro é apurado com base no último Balanço Patrimonial por meio da equação: Disponibilidades Efetivas menos Exigível Imediato.

	31/12/2017	31/12/2018	%
Disponibilidades Efetivas	4.624.415,17	18.407.749,55	298,06%
Exigível Imediato	22.228.878,97	5.568.928,00	-74,95%
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	-17.604.463,80	12.838.821,55	172,93%

15. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

a) ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE:

$$\frac{\text{Disponibilidades Efetivas}}{\text{Despesas Correntes no Mês}} = \frac{18.407.749,55}{3.226.141,36} = 5,70581$$

b) ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA:

$$\frac{\text{Disponibilidades Efetivas}}{\text{Exigível Imediato}} = \frac{18.407.749,55}{5.568.928,00} = 3,30544$$

c) ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:

Ativo Circulante - (Valores em Apuração +Despesas Antecipadas)	=	28.448.616,63	=	4,22682
<hr/> Passivo Circulante - (Valores em Apuração + Receitas Antecipadas)		<hr/> 6.730.504,80		

d) ÍNDICE DE LIQUIDEZ MEDIATA:

Ativo Circulante	=	29.090.333,53	=	4,15193
<hr/> Passivo Circulante		<hr/> 7.006.464,69		

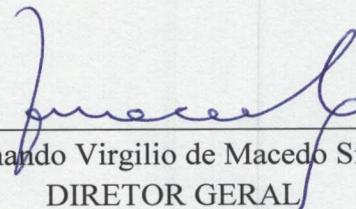
16. BAIXA NO ATIVO PERMANENTE

A conta 3.9.9.1.1.02.01– O. VPD's - Baixa no Ativo Não Circulante – Investimentos apresenta no exercício de 2018 um saldo antes do encerramento de R\$ 132.592,18 (Quarenta e sete milhões e oitocentos e noventa e três mil e cento e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos), referente a baixa de bens inservíveis destinados a doação e/ou sucata e alienação.

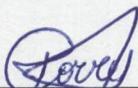
Natal, 31 de dezembro de 2018.



Marcelo Fernandes de Queiroz
PRESIDENTE
CPF: 322.551.444-68



Fernando Virgilio de Macedo Silva
DIRETOR GERAL
CPF: 736.816.364-00



Alexandra Câmara Torres Santiago
DIRETORA ADMINISTRATIVO
FINANCEIRA
CPF: 046.727.444-42



Ana Caroline Flor Rolim
CONTADORA
CPF: 065.930.484-88
CRC/RN 010903